



Análise comparativa de políticas nacionais de esporte: uma proposta metodológica de estudo sobre Brasil e Portugal

Comparative analysis of national sport policies: a methodological proposal for a study on Brazil and Portugal

Autores

Pedro Athayde ¹
Antônio Figueiredo ²

¹ University of Brasília (Brasil)

² University of Coimbra (Portugal)

Autor para contato:
Pedro Athayde
pedroavalone@gmail.com

Recebido: 25-08-26
Aceito: 12-09-26

Cómo citar na APA

Athayde, P., & Figueiredo, A. (2026). Análise comparativa de políticas nacionais de esporte: uma proposta metodológica de estudo sobre Brasil e Portugal. *Retos*, 84, 184-195. <https://doi.org/10.47197/retos.v84.120053>

Resumo

Introdução: O esporte tem sido crescentemente reconhecido como direito de cidadania e objeto de políticas públicas nacionais, ainda que estudos comparados nesse campo permaneçam escassos e metodologicamente pouco explicitados.

Objetivo: Apresentar e aplicar uma proposta metodológica para a análise comparativa de políticas esportivas nacionais, tomando Brasil e Portugal selecionados segundo a lógica dos sistemas mais similares (most similar systems design).

Metodologia: Tratou-se de estudo descritivo, qualitativo e exploratório, fundamentado na perspectiva crítico-dialética de políticas sociais e esportivas, com incorporação instrumental de dois pilares do modelo SPLISS. O corpus documental - legislação e dispositivos político-normativos dos dois países (44 atos em Portugal e 56 no Brasil), complementado por relatórios oficiais e pesquisas censitárias - foi submetido à análise de conteúdo com apoio do software MAXQDA.

Resultados: A proposta organizou-se em quatro categorias analíticas - Gestão, Legislação, Financiamento e Infraestrutura -, cuja aplicação preliminar revelou semelhanças entre os países, como mudanças na estrutura organizacional do setor, reconhecimento legal do direito ao esporte e baixa participação orçamentária, além de diferenças, sobretudo no perfil regulatório mais acentuado em Portugal frente à maior diversificação das fontes de financiamento no Brasil.

Discussão: As semelhanças indicaram convergências estruturais nas políticas esportivas dos dois países em relação à organização institucional, reconhecimento jurídico e limitações orçamentárias, enquanto as diferenças regulatórias e de financiamento refletem trajetórias históricas e institucionais próprias de cada país.

Conclusões: Concluiu-se que a proposta oferece um instrumento replicável e adaptável para estudos comparados de política esportiva em outros contextos nacionais.

Palavras-chave

Brasil; estudos comparados; método comparativo; política esportiva; Portugal.

Abstract

Introduction: Sports have been increasingly recognized as a social right and an object of national public policies, although comparative studies in this field remain scarce and lack methodological clarity.

Objective: This study aimed to present and apply a methodological proposal for the comparative analysis of national sports policies, taking Brazil and Portugal as cases selected according to the most similar systems design.

Methodology: This descriptive, qualitative, and exploratory study was grounded in the critical-dialectical perspective of social and sports policies, with the instrumental incorporation of two pillars of the SPLISS model. The documentary corpus—comprising legislation and political-normative instruments from both countries (44 acts in Portugal and 56 in Brazil), supplemented by official reports and census surveys—was subjected to content analysis using MAXQDA software.

Results: The proposal was organized into four analytical categories—Management, Legislation, Funding, and Infrastructure—whose preliminary application revealed similarities between the countries, such as changes in the sector's organizational structure, legal recognition of the right to sports, and low budgetary allocation, as well as differences, particularly in Portugal's more pronounced regulatory profile compared to the greater diversification of funding sources in Brazil.

Discussion: The similarities indicated structural convergences in the sports policies of the two countries regarding institutional organization, legal recognition, and budgetary constraints, while the regulatory and funding differences reflected the specific historical and institutional trajectories of each country.

Conclusions: The proposal offers a replicable and adaptable tool for comparative studies of sports policy in other national contexts.

Keywords

Brazil; comparative method; comparative studies; Portugal; sports policy.



Introdução

Este artigo adotou como pressuposto a premissa de que o conhecimento aprofundado sobre outra cultura ou país amplia nosso entendimento sobre nós mesmos e fortalece a compreensão mútua. Existem diversas razões para realizar comparações, e uma delas é aprender com as experiências dos outros, uma vez que, como disse Sartori (1999, p. 32), “quem não conhece outros países tampouco conhece o seu próprio”.

O esporte é uma atividade globalmente difundida, com papel relevante na cultura contemporânea e na economia. Nas últimas décadas, consolidou-se como objeto de atenção do Estado, amparado no entendimento do direito ao esporte como direito de cidadania, reconhecido tanto em normativos nacionais (Canan & Starepravo, 2020) quanto em orientações de organismos internacionais. Ainda assim, a formulação de políticas esportivas enfrenta desafios ligados à baixa institucionalidade e à limitada legitimidade política do setor, tais características gerais se expressam de formas distintas conforme as particularidades de cada país.

Brasil e Portugal ilustram esse quadro a partir de realidades socioeconômicas distintas. O Brasil, com população de 203,1 milhões de habitantes e PIB per capita de US\$ 8.918 em 2022 (Word Bank, 2022), enfrenta desigualdade estrutural expressiva (índice de Gini de 52,9) que se reflete em iniquidades de acesso a direitos sociais, incluindo o esporte: apenas 37,9% da população pratica atividade física ou esportiva regularmente, com fortes disparidades por renda, escolaridade, raça e gênero (IBGE, 2017). Portugal, por sua vez, com 10,36 milhões de habitantes e PIB per capita de US\$ 24.515 (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2022), apresenta menor desigualdade de renda (Gini de 34,7), mas figura entre os países mais sedentários da União Europeia, com 68% da população relatando nunca praticar atividades físicas ou esportivas (União Europeia, 2017; Hovemann & Wicker, 2009). Apesar de contextos distintos, ambos os países enfrentam o desafio comum de ampliar o acesso ao esporte como direito, o que justifica a comparação.

A análise comparativa constitui uma das estratégias centrais para a produção de conhecimento sobre políticas públicas, funcionando como ponte entre conceitos abstratos e a realidade concreta (Cardoso, 2022) e permitindo identificar tendências globais e particularidades nacionais na formulação e implementação de políticas setoriais. No campo específico do esporte, contudo, a literatura que discute os desafios filosóficos, metodológicos e práticos da comparação entre países ainda é escassa (Dowling, Brown, Legg & Grix, 2018). Houlihan (1997) já apontava essa lacuna e identificou cinco obstáculos centrais à análise comparativa de políticas esportivas: a necessidade de definição conceitual clara de política pública; os riscos de transposição acrítica de experiências entre países; a interpretação inadequada de dados frágeis ou insuficientes; o etnocentrismo na definição de problemas e soluções; e a dificuldade em atribuir causalidade às semelhanças observadas entre respostas governamentais.

Esses desafios têm sido enfrentados por diferentes abordagens metodológicas. Henry, Amara, Al-Tauqi e Lee (2005) propuseram uma tipologia de quatro tipos de estudos comparativos em política esportiva, que vão de generalizações nomotéticas a análises do discurso político. Dowling et al. (2018) problematizaram os pressupostos ontológicos e epistemológicos subjacentes a essas escolhas, contrapondo abordagens de grande escala, de inspiração positivista, a abordagens de menor escala e caráter mais interpretativo. Este artigo filia-se a essa segunda tradição, aproximando-se do Tipo 2 da tipologia de Henry et al. (2005), nomeada “Descrivendo a Diferença”, com ênfase na especificidade dos sistemas de política esportiva comparados.

No caso específico da comparação entre Brasil e Portugal, a literatura já produzida cobre aspectos diversos: desempenho olímpico e políticas de alto rendimento (Paixão, Sanches & Destro, 2009); história política do esporte sob os regimes autoritários de Vargas e Salazar (Drumond, 2011); gestão do conhecimento em políticas de esporte e lazer (Tavares & Schwartz, 2014); investimento de empresas públicas no esporte de alto rendimento (Azevedo, Ferreira, Miranda & Sarmento, 2019); formação de agenda de pesquisa em políticas locais (Santos & Carvalho, 2020); participação do poder local na efetivação do direito ao esporte (Santos, Carvalho & Alves, 2021); e, mais recentemente, a gestão pública esportiva do governo central, a magnitude do financiamento público e os modelos legislativos do setor (Athayde & Figueiredo, 2023; Athayde, Menezes & Figueiredo, 2023; Athayde, Medeiros Filho, Mascarenhas & Figueiredo, 2024). Apesar dessa produção crescente, essas pesquisas abordam



dimensões específicas e isoladas da política esportiva, sem oferecer um instrumento metodológico único, sistemático e replicável para a análise comparada da política esportiva nacional em sua amplitude, uma lacuna que ainda mais se acentua diante da escassez, já apontada, de discussões metodológicas explícitas sobre como comparar sistemas esportivos nacionais.

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é apresentar e aplicar uma proposta metodológica para a análise comparativa de políticas esportivas em âmbito nacional, tomando Brasil e Portugal como casos selecionados para ilustrar sua aplicabilidade. A elaboração dessa proposta justifica-se pela necessidade de suprir a lacuna de instrumentos metodológicos sistemáticos no campo, contribuindo tanto para a produção acadêmica quanto para a gestão esportiva, ao oferecer uma estrutura replicável e adaptável a outros contextos nacionais de comparação.

Método

Este artigo caracteriza-se como um estudo descritivo, de abordagem qualitativa e abrangência exploratória, submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (Parecer nº 4.008.482).

A seleção dos casos (Brasil e Portugal) seguiu a lógica dos sistemas mais similares (most similar systems design), conforme proposto por Przeworski e Teune (1970). Os dois países compartilham vínculo histórico-colonial, idioma e estruturas jurídico-administrativas correlatas (sistema de direito romano-germânico e organização político-administrativa com papel relevante de entes subnacionais), o que permite, em alguma medida, isolar de forma mais controlada as variáveis específicas do campo esportivo, reduzindo o número de fatores contextuais divergentes a considerar na comparação.

O corpus documental foi constituído por fontes escritas primárias e secundárias. As fontes primárias correspondem à legislação e aos dispositivos político-normativos vinculados ao esporte em cada país. A legislação portuguesa foi localizada no site do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) entre os meses de março a setembro de 2022, complementada pelos Programas do XXII (2019-2023) e XXIII (2022-2026) Governo Constitucional, pelo Regulamento de Funcionamento e Programa Estratégico do Desporto Escolar (2021-2025) e pelo Plano de Atividades 2021 do IPDJ. A legislação brasileira foi localizada no Portal da Legislação, com recorte temporal entre 24 de março de 1998 (Lei Pelé) e 24 de maio de 2022, complementada pelo Plano Plurianual (PPA 2020-2023), pelo Plano Estratégico do Ministério da Cidadania (2019-2022) e pelos Relatórios "Feitos Destaques" (2020, 2021) da Secretaria Especial do Esporte. Ao todo, foram selecionados 44 atos no conjunto da legislação portuguesa e 56 na brasileira. As fontes secundárias compreenderam pesquisa bibliográfica de apoio - com destaque, no caso português, para o acervo da Biblioteca Nacional do Desporto - e relatórios e pesquisas censitárias de institutos oficiais e organismos internacionais, como: o Diagnóstico Nacional do Esporte - DIESPORTE (Brasil. Ministério do Esporte, 2015); a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios sobre Práticas de Esporte e Atividade Física (IBGE, 2017); o Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 'Movimento é Vida!' (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], 2017); e o Special Eurobarometer 472 - Sport and Physical Activity (União Europeia, 2017).

A construção da arquitetura metodológica e das categorias analíticas do modelo apoiou-se em duas influências principais. A primeira advém de proposições metodológicas para análise de políticas sociais e esportivas brasileiras fundamentadas na perspectiva crítico-dialética, especialmente Boschetti (2009) e suas adaptações ao campo esportivo por Athayde, Carneiro, Matias e Mascarenhas (2020) e Athayde, Carneiro, Moraes, Mascarenhas e Rodríguez Díaz (2022) e sua aplicação à análise de políticas estaduais de esporte por Athayde, Magalhães, Elicker, Dalmas, Melo e Mascarenhas (2022). Desta mesma matriz teórica derivam as categorias "Legislação" e "Infraestrutura". A primeira corresponde ao elemento relativo aos direitos e benefícios estabelecidos e assegurados normativamente, na medida em que a legislação constitui o instrumento pelo qual o direito ao esporte é formalmente reconhecido e delimitado pelo Estado. A segunda corresponde a uma particularidade do quadro institucional que sustenta a efetivação do direito ao esporte, incorporando as condições materiais concretas (instalações e equipamentos) sem as quais o reconhecimento legal não se traduz em acesso efetivo. A segunda advém do modelo internacional Sports Policies Leading to International Sporting Success (SPLISS; De Bosscher, De Knop, Van Bottenburg, Shibli & Bingham, 2009), do qual foram incorporados, de forma instrumental,



os dois pilares de entrada relativos a organismos governamentais, suporte financeiro (Pilar 1) e organização e estrutura de políticas esportivas (Pilar 2), que orientaram, respectivamente, a construção das categorias “Financiamento” e “Gestão”. O SPLISS consolidou-se como um dos principais referenciais internacionais para a análise comparada de sistemas de esporte de alto rendimento (Houlihan & Green, 2007), o que justifica sua incorporação parcial à presente proposta. Os demais sete pilares, voltados ao desenvolvimento de talentos e à carreira de atletas de alto rendimento, não foram incorporados por não corresponderem ao escopo nacional/institucional da proposta. Reconhece-se uma tensão epistemológica nessa combinação, conformada pela leitura estrutural e crítica do materialismo histórico-dialético e a tradição gerencialista e nomotética do SPLISS (Dowling, Brown, Legg & Grix, 2018), resolvida ao se manter a perspectiva crítico-dialética como referencial interpretativo central e o SPLISS como fonte instrumental de nomenclatura para duas das quatro categorias, o que aproxima a proposta do Tipo 2 (Descrevendo a Diferença) da tipologia de Henry et al. (2005).

O modelo resultante organiza-se em quatro categorias, a saber: Gestão, Legislação, Financiamento e Infraestrutura, cuja operacionalização é sintetizada no Figura 1.

Figura 1. Quadro-síntese das categorias analíticas.

Categoria	Indicador(es)	Fonte de dados	Unidade/período
Gestão	Estrutura organizacional; programas e ações governamentais	Legislação organizacional, sites institucionais	Brasil - 1998 a 2022 Portugal - 2007 a 2022
Legislação	Leis gerais do esporte; dispositivos político-normativos	Diários oficiais, portais legislativos	Brasil - 1998 a 2022 Portugal - 1990 a 2022
Financiamento	Magnitude, fonte, direcionamento (Carneiro & Mascarenhas, 2018; Carneiro et al., 2019)	Orçamentos públicos, portais de transparência	2004 a 2020
Infraestrutura	Instalações públicas para esporte de alto rendimento	Relatórios de gestão, sites de confederações/CAR	2022

Elaboração própria.

A análise dos documentos seguiu os procedimentos da análise de conteúdo (Bardin, 2016; Franco, 2018), organizada em três etapas: pré-análise, com leitura flutuante do corpus e organização preliminar por país e categoria; exploração do material, com codificação dos trechos segundo as quatro categorias analíticas, com apoio do software MAXQDA Analytics Pro 2022 - primeiro por unidades de registro temáticas e unidades de contexto em parágrafos, depois por agrupamento segundo critérios semânticos; e tratamento dos resultados, com inferência e interpretação a partir da codificação e categorização realizadas.

Finalmente, reconhecem-se como limites da metodologia proposta: a dependência de fontes documentais oficiais, que pode não capturar práticas informais de gestão nem a efetividade prática das normas analisadas; as diferenças na organização orçamentária e na classificação funcional-programática entre os países, que exigem ajustes analíticos e reduzem a precisão de comparações diretas na categoria Financiamento; e o caráter exploratório da aplicação apresentada neste artigo, que ilustra a viabilidade do modelo sem esgotar suas possibilidades analíticas.

Resultados

A aplicação do modelo permitiu o levantamento de um conjunto de informações sobre a política esportiva do Brasil e de Portugal, organizados nas quatro categorias analíticas propostas.

Na “Gestão”, observou-se que, em ambos os países, a estrutura organizacional/administrativa da política esportiva nacional está historicamente vinculada a outras áreas de atuação estatal, como educação, turismo e cultura. Os dois países utilizam categorizações semelhantes do fenômeno esportivo: escolar (Portugal) e educacional (Brasil); atividade física ou esporte para todos (Portugal) e participação ou lazer (Brasil); e alto rendimento (em ambos). Importante lembrar que essa classificação diz respeito



às normas vigente no momento da coleta. Quanto aos programas e projetos, observou-se em ambos os países um padrão de descentralização na implementação, com execução assumida por municípios/autarquias ou transferida ao terceiro setor e à iniciativa privada, no caso brasileiro, predominantemente por meio de núcleos ou centros de atendimento. A escola constitui, nos dois países, o espaço mais comum de primeiro contato com a prática esportiva.

A investigação sobre a categoria “Legislação” apontou que os países possuem uma Lei Geral que define bases e diretrizes para o esporte nacional. A análise de conteúdo identificou que, no Brasil, o volume de dispositivos concentra-se no financiamento e na diversificação de fontes, mas não necessariamente de seu direcionamento, enquanto em Portugal concentra-se no exercício regulatório do Estado. Em ambos os países, foram localizados atos legislativos excepcionais associados à realização de grandes eventos esportivos.

A comparação, dentro da categoria “Financiamento”, identificou quatro características comuns entre os dois países: (i) percentual do orçamento geral dedicado ao esporte inferior ao proposto por representações do setor; (ii) trajetória de queda nos gastos com esporte em períodos recentes, sobretudo após correção inflacionária; (iii) gasto total e per capita com atletas de alto rendimento inferior às demandas de preparação esportiva; e (iv) participação relevante dos entes subnacionais no financiamento público do esporte, sobretudo em infraestrutura, conforme Athayde, Menezes & Figueiredo (2023). Sobre este último aspecto, considerando a importância dos entes subnacionais para o financiamento do esporte em Portugal e no Brasil e a impossibilidade de uma comparação unificada de todas as fontes devido às diferentes organizações orçamentárias, foi realizado o cotejo apenas entre os gastos municipais destes países. Para esse exercício comparativo, adotou-se um recorte temporal menor, uma vez que os dados sobre os municípios brasileiros foram retirados diretamente do artigo de Carneiro e Castellani Filho (2021), que utiliza o período destacado na tabela abaixo.

Tabela 1. Valores totais e por município das despesas municipais com esporte em Portugal e no Brasil entre 2013 e 2020, em milhões de R\$.

Ano	PORTUGAL		BRASIL	
	Valor Total*	Valor médio por município	Valor Total**	Valor médio por município
2013	1.354,92	4,40	4.075,16	0,73
2014	1.135,69	3,69	4.585,66	0,82
2015	1.298,00	4,21	5.079,42	0,91
2016	1.376,00	4,47	4.384,19	0,79
2017	1.561,50	5,07	3.148,92	0,57
2018	1.531,99	4,97	3.535,24	0,63
TOTAL	8.258,09	26,81	24.808,59	4,46
MÉDIA	1.376,35	4,47	4.134,77	0,74

* Valores convertidos pela cotação do dia 25 de outubro de 2022, na qual 1€ equivalia a R\$ 5,27.

** Valores liquidados. Valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de dezembro de 2018.

Nota: PORDATA. Carneiro e Castellani Filho (2021).

Por fim, na categoria “Infraestrutura”, observou-se que no Brasil, quando se considera o gasto realizado pela União na função “Desporto e Lazer”, ela não é tão expressiva e encontra-se voltada ao alto rendimento, sendo estruturada de forma piramidal e seletiva, tendo o Parque Olímpico da Barra (Rio de Janeiro) - de gestão compartilhada entre União, município e entidades privadas - como estrutura de maior porte, e os Centros de Treinamento, geridos por confederações esportivas e por vezes vinculados a universidades públicas e Forças Armadas, como estruturas intermediárias. Já os Centros destinados à iniciação esportiva tiveram implantação muito aquém do planejado e dependem de concertação com os entes subnacionais. Em Portugal, a rede de instalações inclui os Centros de Alto Rendimento (CAR), cuja cobertura foi ampliada nos últimos trinta anos, ainda com lacunas na distribuição territorial e no atendimento a modalidades específicas.

Discussão

A interpretação a seguir tem caráter ilustrativo, voltada a evidenciar o potencial analítico da proposta metodológica apresentada, e não a esgotar a comparação substantiva entre os sistemas esportivos de Brasil e Portugal e o potencial heurístico das categorias analíticas.



Os achados na categoria “Gestão” sugerem fragilidade institucional e baixa legitimação política do setor esportivo em ambos os países, decorrente de sua vinculação histórica a outras pastas governamentais (Athayde & Figueiredo, 2023). Cabe ressaltar que esse vínculo histórico remonta, no caso brasileiro, à atuação da Comissão de Reformulação do Desporto Nacional (1985), instância que rediscutiu o papel do Estado no setor no período de transição democrática e cuja influência da legislação desportiva portuguesa é perceptível, a ponto de explicar a própria adoção do termo “desporto” na normatização brasileira, em substituição ou concomitância ao termo “esporte”.

Já a fragilidade ora destacada pode ser lida à luz da distinção proposta por Correia (2009) entre estruturas e processos/estratégias na análise de políticas esportivas. Embora Brasil e Portugal apresentem estruturas organizacionais semelhantes, o que poderia sugerir trajetórias convergentes, os processos de descentralização observados seguem lógicas distintas. Em alguns casos, a descentralização fortalece entes subnacionais mais próximos da realidade local; em outros, sobretudo no Brasil, aproxima-se de uma desresponsabilização estatal, ao transferir a execução para o terceiro setor ou a iniciativa privada sem mecanismos claros de acompanhamento. Esse achado também dialoga com o quinto obstáculo apontado por Houlihan (1997) à análise comparada, relacionado à dificuldade de distinguir se respostas governamentais semelhantes decorrem de problemas comuns, de características específicas dos sistemas políticos nacionais ou da circulação de modelos de políticas. A comparação realizada sugere que a descentralização, embora presente nos dois países, não produz efeitos equivalentes sobre a capacidade estatal de conduzir a política esportiva. Em Portugal, aparece predominantemente associada à distribuição de competências entre diferentes níveis da administração pública; no Brasil, em determinadas situações, a transferência da execução para organizações do terceiro setor ou para agentes privados ocorre sem mecanismos equivalentes de coordenação, regulação e acompanhamento, o que permite inferir, a priori, uma incapacidade da administração pública para exercício de sua responsabilidade estatal pela garantia de direitos. Assim, mais do que uma convergência entre os sistemas, identifica-se uma apropriação diferenciada de mecanismos de descentralização, condicionada pelas formas específicas de organização e atuação do Estado em cada país. Esse padrão é consistente com a literatura sobre estratificação social no acesso ao esporte na União Europeia (Hartmann-Tews, 2006), que associa desigualdades de acesso a modelos fragmentados de provisão.

Ademais, o avanço da mercantilização da prática esportiva, com a expansão e a concorrência do setor privado, sobretudo da indústria fitness, reforça as características acima apontadas, pois a limitada abrangência das ações estatais parece abrir espaço estrutural para a oferta privada. Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da crítica de Brohm (1978), para quem o esporte moderno não se encontra dissociado das relações sociais próprias do capitalismo, estando atravessado por processos de racionalização, competição, mercantilização e produção de valor. No capitalismo tardio, conforme analisam Reis, Húngaro, Athayde e Mascarenhas (2020), a aproximação entre cultura, economia e mercado aprofunda a inserção do esporte na lógica de produção e circulação de mercadorias. Desse modo, a limitada abrangência estatal identificada neste estudo não deve ser interpretada apenas como uma falha pontual de gestão ou de capacidade administrativa, mas como manifestação de uma contradição estrutural mais ampla entre, de um lado, o esporte concebido como direito social e meio de atendimento às necessidades humano-sociais e, de outro, sua crescente subsunção à lógica mercantil e de acumulação capitalista.

Na categoria “Legislação”, o contraste entre o perfil regulatório português e a diversificação de fontes de financiamento no Brasil dialoga com a observação de Correia (2009) sobre a necessidade de estudos comparados como suporte ao desenvolvimento da política esportiva portuguesa, de acordo com o autor, o volume normativo identificado em Portugal pode ser interpretado tanto como fortalecimento institucional do setor quanto como risco de excesso normativo. Esse perfil regulatório mais denso é compatível com achados anteriores sobre assimetrias na participação desportiva em Portugal frente a outros países europeus (Marivoet, 2003), que já apontavam a necessidade de instrumentos normativos mais robustos diante de desigualdades de acesso persistentes no país. No caso brasileiro, a ênfase legislativa no financiamento é consistente com os achados de Athayde, Carvalho, Matias, Carneiro e Santos (2016), que identificaram ao analisar panoramicamente a constitucionalização do esporte no país um predomínio de normativos infraconstitucionais que ampliaram as fontes de financiamento para o esporte, sobretudo na sua dimensão do alto rendimento. O impacto de grandes eventos sobre a produção legislativa em ambos os países corrobora achados anteriores de Athayde, Medeiros Filho,



Mascarenhas e Figueiredo (2024) e reforça o argumento de que megaeventos podem constituir janelas de oportunidade para mudanças institucionais aceleradas e excepcionais. Entretanto, cabe destacar que a expansão normativa não implica, por si só, transformação das estruturas que condicionam a política esportiva.

No caso analisado, essa lógica incremental se manifesta concretamente na coexistência, em ambos os países, entre a Lei Geral fundante do setor esportivo e um conjunto crescente de atos normativos posteriores, alguns deles vinculados à realização de grandes eventos, que se acumulam sobre a estrutura legal original sem substituí-la. Esse padrão de expansão normativa sem transformação estrutural correspondente ecoa a clássica observação de Lindblom (1959) sobre o caráter incremental da formulação de políticas públicas, raramente fruto de decisões deliberadas e abrangentes. A literatura sobre mudança institucional gradual demonstra que novas regras podem ser incorporadas às instituições existentes sem necessariamente substituí-las ou alterar suas trajetórias (Pierson, 2000; Thelen, 2004; Mahoney & Thelen, 2010). Em uma perspectiva crítico-dialética, esse processo pode ser compreendido ainda a partir da seletividade estrutural do Estado, na medida em que as instituições estatais não operam em um campo neutro, mas são atravessadas por relações de força e pelas condições de reprodução das relações sociais (Offe, 1984; Poulantzas, 1980). Assim, as transformações legislativas observadas podem expressar mudanças relevantes na configuração institucional da política esportiva sem necessariamente representar uma ruptura com as estruturas econômicas e políticas que historicamente delimitam seu conteúdo e alcance.

Os resultados da categoria “Financiamento” devem ser interpretados com cautela, dadas as diferenças de organização orçamentária entre os países já apontadas na seção de Método. Ainda assim, a trajetória de queda nos gastos com esporte em período recente contrasta com o padrão identificado por Azevedo, Ferreira, Miranda e Sarmiento (2019) para o período 2008-2016, quando ambos os países registraram curva ascendente de investimento após 2012, sugerindo que a tendência de queda mais recente pode estar associada a fatores conjunturais posteriores ao período investigado por aqueles autores, como crises fiscais, reorientação de prioridades orçamentárias e o encerramento do ciclo de investimentos associado aos grandes eventos esportivos. No caso brasileiro, essa hipótese encontra respaldo nos estudos de Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2021), que identificaram os municípios como os principais responsáveis pelo financiamento orçamentário da Função Desporto e Lazer entre 2013 e 2018, seguidos pelos Estados/Distrito Federal e pela União, bem como em Carneiro e Castellani Filho (2021), que evidenciaram desigualdades regionais no financiamento e tendência de redução dos gastos estaduais após 2015. A participação relevante dos entes subnacionais também converge com Santos, Carvalho e Alves (2021), que identificaram, apesar das diferenças normativas entre Brasil e Portugal quanto à participação municipal na garantia do direito ao esporte, obstáculos semelhantes ao financiamento do setor. Mais recentemente, Carneiro et al. (2026) demonstraram que o financiamento municipal do esporte e lazer permanece marcado por significativa oscilação, reforçando a hipótese de que a participação dos governos locais, embora central para a provisão e o financiamento da política esportiva, não se traduz necessariamente em estabilidade ou suficiência de recursos. Em conjunto, esses achados sugerem que a fragilidade financeira do esporte pode ser menos uma função do desenho legal-institucional de cada país do que uma expressão de sua baixa prioridade na disputa pelo fundo público, condicionada tanto por fatores conjunturais quanto por determinações mais estruturais da política orçamentária.

Ademais, é necessário destacar que o padrão de subfinanciamento não é exclusivo do par Brasil-Portugal. Estudos recentes sobre investimento público em esporte na América Latina apontam problemas semelhantes de descompasso entre execução orçamentária e cobertura populacional (Fiallos Narváez, Mora Aristega, Llerena Muñoz & Molina Zúñiga, 2025), bem como a relevância do investimento esportivo para o desenvolvimento econômico regional (Silveira, Sanabria & Vilchez, 2024), sugerindo que a fragilidade financeira identificada neste estudo integra um padrão mais amplo de baixa priorização orçamentária do setor esportivo em contextos latino-americanos e ibéricos.

Na categoria “Infraestrutura”, o contraste entre a lógica piramidal e seletiva observada no Brasil e a maior integração portuguesa entre alto rendimento, esporte para todos e ambiente escolar deve ser interpretado à luz da literatura que destaca a infraestrutura como componente estruturante das políticas esportivas. No modelo SPLISS, uma das referências deste trabalho, as instalações de treinamento constituem um dos pilares associados ao desenvolvimento de sistemas nacionais de



esporte de alto rendimento, envolvendo não apenas a disponibilidade de equipamentos, mas também a existência de planejamento coordenado, sistemas de informação sobre instalações, conhecimento das necessidades de atletas e treinadores e distribuição adequada da infraestrutura em escala nacional e regional (De Bosscher et al., 2015). A aplicação desse referencial ao caso brasileiro por Mazzei et al. (2015) identificou avanços associados ao ciclo de grandes eventos, mas também limitações relacionadas ao planejamento estratégico e à integração das políticas, destacando, inclusive, a insuficiência da infraestrutura de universidades e institutos federais para sua articulação com o desenvolvimento do alto rendimento. Resultados anteriores de Mazzei et al. (2012), especificamente sobre centros de treinamento esportivo, igualmente apontaram a ausência de uma política efetiva para o desenvolvimento dessas estruturas no Brasil.

Esses achados são relevantes para a interpretação dos resultados desta pesquisa porque permitem distinguir a simples expansão física da infraestrutura da existência de uma política territorialmente articulada de equipamentos esportivos. Essa distinção é particularmente importante diante da ausência ou desatualização de diagnósticos sistemáticos sobre a distribuição e as necessidades de instalações em ambos os países (Figueira, 2018, para o caso português), o que dificulta determinar em que medida a configuração atual responde a critérios técnicos de demanda, acessibilidade e equilíbrio territorial ou, alternativamente, a decisões político-conjunturais. No caso brasileiro, essa questão ganha especial relevância diante do legado de grandes eventos esportivos, como o Parque Olímpico da Barra, cuja concentração de investimentos em equipamentos destinados prioritariamente ao alto rendimento e à realização de megaeventos coloca em discussão a capacidade de conversão de investimentos extraordinários em infraestrutura esportiva de uso social mais amplo. Assim, mais do que avaliar a quantidade de equipamentos disponíveis, torna-se necessário examinar sua distribuição territorial, finalidade, acessibilidade, integração aos diferentes níveis da política esportiva e capacidade de atender simultaneamente às dimensões educacional, participativa, recreativa e de alto rendimento, elementos que não foram suficientemente abordados no recorte analítico deste texto.

De forma geral, os achados sugerem que a proposta metodológica aplicada captura tanto convergências estruturais entre os dois países, mais visíveis nas categorias Gestão e Legislação, quanto divergências de trajetória e ênfase, estas mais marcadas em Financiamento e Infraestrutura. Esses achados são consistentes com a filiação da proposta ao Tipo 2 da tipologia de Henry et al. (2005) “Descrevendo a Diferença”, em que mais do que buscar generalizações do tipo nomotético, o modelo evidencia como sistemas esportivos nacionais estruturalmente semelhantes podem produzir respostas distintas a partir de trajetórias político-administrativas próprias, reforçando o alerta de Dowling et al. (2018) contra modelos comparativos de “tamanho único”.

Por fim, cabe destacar que tanto Brasil quanto Portugal buscam ampliar sua projeção na geopolítica internacional por meio do esporte, com o Brasil recorrendo de forma mais evidente a estratégias de soft power associadas à agenda de megaeventos. Essa dimensão não foi objeto de aprofundamento neste artigo, mas constitui uma agenda de pesquisa promissora para estudos futuros que articulem a proposta metodológica aqui apresentada a uma perspectiva de política externa e relações internacionais do esporte.

Conclusões

Este artigo teve como objetivo apresentar e aplicar uma proposta metodológica para a análise comparativa de políticas esportivas nacionais, tomando Brasil e Portugal como casos selecionados segundo a lógica dos sistemas mais similares. Chega-se a conclusão de que a proposta se demonstrou operacional, tendo permitido organizar um volume expressivo e heterogêneo de fontes documentais, legislação, planos de governo, relatórios institucionais e pesquisas censitárias de dois países com tradições político-administrativas distintas, em quatro categorias analíticas claras, replicáveis e adaptáveis a outros contextos nacionais de comparação, a saber: Gestão, Legislação, Financiamento e Infraestrutura.

A aplicação da proposta a Brasil e Portugal revelou um conjunto de semelhanças estruturais entre os dois países, com destaque para: a vinculação histórica da política esportiva a outras pastas de governo (educação, turismo, cultura), com reflexos na baixa legitimização institucional do setor; a existência, em



ambos os casos, de uma Lei Geral que reconhece formalmente o direito ao esporte; a participação relevante de entes subnacionais no financiamento, sobretudo em infraestrutura; e uma trajetória recente de contenção dos gastos públicos com esporte, aquém das demandas apontadas por representações do setor em ambos os países. Ao mesmo tempo, a comparação evidenciou diferenças de trajetória e ênfase no que se refere ao perfil normativo predominantemente regulatório da legislação portuguesa, em contraste com a ênfase brasileira na diversificação de fontes de financiamento; e a configuração mais piramidal e seletiva da infraestrutura esportiva brasileira, voltada ao alto rendimento, frente a uma rede portuguesa com maior integração entre alto rendimento, esporte para todos e ambiente escolar.

Esses achados preliminares reforçam a relevância de instrumentos metodológicos sistemáticos para os estudos comparados de política esportiva, um campo que, apesar da produção crescente sobre aspectos específicos das políticas esportivas de Brasil e Portugal, ainda carece de uma estrutura analítica única e replicável capaz de articular essas dimensões de forma integrada. Nesse sentido, a principal contribuição deste artigo não está nos resultados substantivos da comparação, que são de caráter preliminar e ilustrativo, mas na proposta metodológica em si composta por um instrumento que pode ser aplicado, ajustado e aprofundado por outros pesquisadores interessados em comparar sistemas nacionais de política esportiva, inclusive para além do binômio Brasil-Portugal.

Como agenda para pesquisas futuras, recomenda-se a aplicação da proposta a outros recortes nacionais, com vínculos históricos e institucionais distintos dos analisados aqui, de modo a testar sua robustez e sua capacidade de generalização; o aprofundamento da categoria Financiamento por meio de séries temporais mais longas, capazes de captar com maior precisão os efeitos de crises fiscais e mudanças de prioridade orçamentária sobre o investimento público em esporte; a ampliação da categoria Infraestrutura, hoje centrada nos espaços e equipamentos voltados ao esporte de alto rendimento, de modo a incorporar também as estruturas destinadas ao esporte de participação, ao lazer e à atividade física cotidiana da população, dimensão especialmente relevante diante dos indicadores de sedentarismo identificados em ambos os países ao longo deste artigo; e a articulação da proposta metodológica com perspectivas de política externa e relações internacionais, especialmente no que se refere ao uso do esporte como instrumento de projeção geopolítica pelos Estados nacionais.

Cabe ainda registrar que, posteriormente ao recorte temporal da análise aqui apresentada, o Brasil sancionou, em junho de 2023, a Lei nº 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte), que buscou consolidar em diploma único a legislação esportiva brasileira dispersa, além de instituir o Sistema Nacional do Esporte e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Esportivos. Conquanto ainda seja uma proposição inconclusa, trata-se de mudança normativa de grande magnitude, cuja análise à luz da proposta metodológica aqui apresentada constitui oportunidade relevante para estudos futuros, inclusive para reexaminar, sob esse novo marco, o próprio padrão de expansão normativa incremental discutido neste artigo.

Afiliações dos autores

O professor Pedro Athayde está vinculado à Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, Brasil. O professor António Figueiredo é professor associado da Faculdade de Ciências do Esporte e Educação Física da Universidade de Coimbra, Portugal.

Referências

- Athayde, P., Carvalho, M., Matias, W., Carneiro, F., & Santos, S. (2016). Panorama sobre a constitucionalização do direito ao esporte no Brasil. *Motrivivência*, 28(49), 38–53. doi: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2016v28n49p38>
- Athayde, P. F. A., Carneiro, F. H. S., Matias, W. B., & Mascarenhas, F. (2020). Análise de políticas esportivas: compartilhando uma proposta teórico-metodológica. *Motrivivência*, 32(61), 01-23.
- Athayde, P. F. A., Figueiredo, P. O. F. de N., Matias, W. B., Rodriguez Díaz, A. & Mascarenhas, F. (2021). Entre o legal e o real: estudo comparado entre a legislação esportiva de Brasil e Espanha. *Movimento*, 27, e27038. doi: 10.22456/1982-8918.104147



- Athayde, P. F. A., Magalhaes, Y. C. S., Elicker, E., Dalmas, L. C., Melo, E. L. & Mascarenhas, F. (2022). Análise e avaliação de políticas estaduais de esporte: uma proposta metodológica. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 30(1). doi: 10.31501/rbcm.v30i1.12624
- Athayde, P. F. A., Carneiro, F. H. S., Moraes, D. B. de, Mascarenhas, F. & Rodríguez Díaz, Á. (2022). Estudo comparado da prática esportiva no Brasil e Espanha: repercussões nas políticas públicas. *Educación Física Y Ciencia*, 24 (3), e226. doi: 10.24215/23142561e226
- Athayde, P. F. A. & Figueiredo, A. J. B. (2023). Public management of sport: a description and comparative analysis of the organizational structure in Brazil and Portugal. *Retos*, 51, 979-987. doi: 10.47197/retos.v51.101356
- Athayde, P. F. A., Menezes, U. A. & Figueiredo, A. J. B. (2023). Financiamento do esporte no Brasil e Portugal: uma análise sobre a magnitude dos recursos públicos entre 2004 e 2020. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 45, e20230016a. doi: 10.1590/rbce.44.e20230016a
- Athayde, P. F. A., Medeiros Filho, A. D. de, Mascarenhas, F. & Figueiredo, A. J. B. (2024). Modelos legislativos e sistemas de políticas esportivas: Brasil e Portugal em perspectiva comparada, *Movimento*, 30, e30001. doi: 10.22456/1982-8918.132328.
- Azevedo, P. H., Ferreira, A. de C. D., Miranda, Y., & Sarmiento J. P. (2019). State sponsorship of elite sport: a comparative study between Brazil and Portugal. In *The European Sport Management Conference*. Seville: EASM.
- Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo. Edições 70.
- Boschetti, I. S. (2009). Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In CFESS/ABEPSS (Ed), *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais* (pp. 575-592). CFESS, ABEPSS, Brasília.
- Brasil. Ministério do Esporte. (2015). *Diesporte - Diagnóstico Nacional do Esporte: caderno 1*. Brasília, DF, Ministério do Esporte do Brasil.
- Brohm, J.-M. (1978). Sport, a prison of measured time: essays. Ink Links.
- Canan, F. & Starepravo, F. A. (2020). O direito constitucional ao esporte em perspectiva comparada. *Cuestiones Constitucionales*, 42, 103-135.
- Cardoso, N. (2022). As políticas públicas comparadas na América Latina: uma análise do campo a partir de revistas científicas da região. *Revista Latino-Americana de Relações Internacionais*, 4(3), 60-88. doi: 10.14295/rcn.v4i3.15196
- Carneiro, F. H. S., & Mascarenhas, F. (2018). O financiamento esportivo brasileiro: Proposta de metodologia crítica de análise. *E-Legis*, 11, 119-140. doi: <https://doi.org/10.51206/e-legis.v11i0.481>
- Carneiro, F. H. S., Athayde, P. F. A., Pereira, C. C. & Mascarenhas, F. (2019). A matriz de financiamento público federal do esporte no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 27(85). doi: 10.31501/rbcm.v27i4.10166
- Carneiro, F. H. S., & Castellani Filho, L. (2021). O desigual financiamento estadual e municipal das políticas públicas de esporte e lazer pelas diferentes regiões brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, 8(3), 1-17
- Carneiro, F. H. S., Athayde, P. F. A., & Mascarenhas, F. (2021). A participação dos entes federados no financiamento ao esporte e lazer no Brasil. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, 10(1), 163-186. <https://doi.org/10.5585/podium.v10i1.17786>
- Carneiro, F. H. S., Resende Cavalcante, F., José Cândido, M., & Lazzarotti Filho, A. (2026). O financiamento do esporte e lazer pelos municípios de Goiás (2013-2023). *Pensar a Prática*, 29. <https://doi.org/10.5216/rpp.v29.84227>
- Correia, J. P. (2009). Políticas públicas e desenvolvimento do desporto. In Bento, J. and Constantino, J. M. (Eds), *O Desporto e o Estado: ideologias e práticas*, pp. 57-66. Edições Afrontamento.
- De Bosscher V., De Knop P., Van Bottenburg M., Shibli S. & Bingham J. (2009). Explaining international sporting success: an international comparison of elite sport systems and policies in six countries. *Sport Management Review*, 12(3), 113-36. doi: 10.1016/j.smr.2009.01.001
- De Bosscher V., Shibli S., Westerbeek H. & Van Bottenburg M. (2015). Successful elite sport policies: an international comparison of the Sports Policy factors Leading to International Sporting Success (SPLISS 2.0) in 15 nations. United Kingdom: Meyer & Meyer Sports.
- Dowling, M., Brown, P., Legg, D. & Grix, J. (2018). Deconstructing comparative sport policy analysis: assumptions, challenges, and new directions. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 10(4), 687-704, doi: 10.1080/19406940.2018.1530276
- Drumond, M. (2011). O esporte nos Estados Novos de Salazar e Vargas (1933-1945): um estudo comparado. In 26 Simpósio Nacional de História. São Paulo, SP: ANPUH.



- Fiallos Narváez, R. E., Mora Aristega, J. E., Llerena Muñoz, D. P., & Molina Zúñiga, M. T. (2025). Inversión pública en programas de Educación Física y deporte: análisis contable y proyecciones de impacto social. *Retos*, 70, 1045-1055. doi: <https://doi.org/10.47197/retos.v70.117019>
- Figueira, T. M. N. (2018). Políticas Públicas de Desporto: estudo sobre municípios da área metropolitana de Lisboa (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Franco, M. L. P. B. (2018). Análise de conteúdo. Autores Associados.
- Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2022). PORDATA: estatísticas sobre Portugal e Europa. Recuperado de <https://www.pordata.pt>
- Green, M. & Houlihan, B. (2005). *Elite sport development: policy learning and political priorities*. Routledge.
- Hartmann-Tews, I. (2006). Social stratification in sport and sport policy in the European Union, *European Journal for Sport and Society*, 3(2), 109-124. doi: 10.1080/16138171.2006.11687784
- Henry, I., Amara, M., Al-Tauqi, M. & Lee, P. C. (2005). A typology of approaches to comparative analysis of sports policy. *Journal of Sport Management*, 19(4), 480-496.
- Houlihan, B. (1997). *Sport, policy and politics: a comparative analysis*. Routledge.
- Houlihan, B. & Green, M. (2007). Comparative elite sport development. In Houlihan, B. & Green, M. (Eds), *Comparative elite sport development*, pp. 1-25. Elsevier.
- Hovemann, G. & Wicker, P. (2009). Determinantes da participação esportiva na União Europeia. *European Journal for Sport and Society*, 6(1), 51-59. doi: 10.1080/16138171.2009.11687827
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Práticas de esporte e atividade física: 2015. Coordenação de Trabalho e Rendimento*, Rio de Janeiro.
- Lindblom, C. E. (1959). The science of “muddling through.” *Public Administration Review*, 19(2), 79–88.
- Mahoney, J., & Thelen, K. (Eds.). (2010). *Explaining institutional change: Ambiguity, agency, and power*. Cambridge University Press.
- Marivoet, S. (2003). Assimetrias na participação desportiva: os casos de Portugal e Espanha no contexto europeu. *Movimento*, 9(2), 53-70.
- Mazzei, L. C., Bastos, F. da C., Ferreira, R. L., & Böhme, M. T. S. (2012). Centros de treinamento esportivo para o esporte de alto rendimento no Brasil: Um estudo preliminar. *Revista Mineira de Educação Física*, (Edição Especial, n. 1), 1575–1584.
- Mazzei, L. C., Meira, T. de B., Bastos, F. da C., Böhme, M. T. S., & De Bosscher, V. (2015). High performance sport in Brazil: Structure and policies comparison with the international context. *Gestión y Política Pública*, 24(número especial), 83–111.
- Offe, C. (1984). *Contradictions of the welfare state*. MIT Press.
- Paixão, J. A. da; Sanches, J. G., & Destro, D. de S. (2009). Políticas públicas e prática desportiva de alto rendimento no Brasil e Portugal. *Journal of Physical Education*, 78(145). doi: 10.37310/ref.v78i145.289
- Pierson, P. (2000). Increasing returns, path dependence, and the study of politics. *American Political Science Review*, 94(2), 251–267.
- Poulantzas, N. (1980). *State, power, socialism*. Verso.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2017). *Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional: Movimento é vida – atividades físicas e esportivas para todas as pessoas*. PNUD.
- Przeworski, A., & Teune, H. (1970). *The logic of comparative social inquiry*. Wiley-Interscience.
- Reis, N. S., Húngaro, V., Athayde, P. F. A., & Mascarenhas, F. (2020). O esporte no capitalismo tardio: imbricações entre cultura esportiva, economia e mercado. *Educación Física y Ciencia*, 22(3), e143. doi: <https://doi.org/10.24215/23142561e143>
- Santos, E. S. dos, & Carvalho, M. J. (2020). Produção de pesquisa em políticas públicas locais de desporto no Brasil e em Portugal: agenda em formação. *Podium Sport, Leisure and Tourism Review*, 2, 174-191.
- Santos, E. S. dos, Carvalho, M. J., & Alves, A. V. (2021). Políticas Públicas de Desporto e Municípios: Arca-bouço Legal no Brasil e em Portugal. *Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 24(4), 593-616. doi: 10.35699/2447-6218.2021.37732
- Sartori, G. (1999). Comparación y método comparativo. In Sartori, G. & Morlino, L. (Ed.), *La comparación en las ciencias Sociales*, pp. 29-49. Alianza Editorial.
- Silveira, Y., Sanabria, J. R., & Vilchez, R. A. (2024). Incidencia del deporte en el crecimiento económico en Colombia. *Retos*, 51, 1101–1109. doi: <https://doi.org/10.47197/retos.v51.101042>
- União Europeia (2017). *Special Eurobarometer 472: sport and physical activity*. European Commission.



- Tavares, G. H., & Schwartz, G. M.. (2014). Políticas públicas de esporte e lazer no brasil e em portugal: a gestão do conhecimento em foco. *Revista Da Educação Física / UEM*, 25(4), 555–565. doi: <https://doi.org/10.4025/reveducfis.v25i4.22533>
- Thelen, K. (2004). *How institutions evolve: The political economy of skills in Germany, Britain, the United States, and Japan*. Cambridge University Press.
- World Bank. (2022). Brazil. World Bank Open Data. <https://data.worldbank.org/country/brazil>.

Dados dos/as autores/as e tradutor/a:

Pedro Fernando Avalone Athayde
Antônio José Barata Figueiredo
Nome completo

pedroavalone@gmail.com
afigueiredo@fcdef.uc.pt
correio@electronico.com

Autor
Autor
Tradutor/a